

32º Encontro Anual da ANPOCS, de 27 a 31 de outubro de 2008, Caxambu, MG

**Grupo de Trabalho 18: Elites e Instituições Políticas
Carreiras Cruzadas: elites eclesiásticas e política no Brasil**

**Ernesto Seidl
Universidade Federal de Sergipe (UFS)**

Os estudos dedicados à história da Igreja católica brasileira apontam múltiplas relações entre aquela instituição e o espaço da política e do Estado (entre outros, Della Cava, 1975 e 1978; Löwy, 1998; Mainwaring, 1989; Seidl, 2007; Serbin, 2001 e 2008). Mais pontualmente, os escassos trabalhos que enfocam a dinâmica de formação da elite eclesiástica (Miceli, 1988; Seidl, 2003 e 2008) também elencam uma série de pontos de fricção entre a alta esfera religiosa e a do poder político. Para ficar apenas no período republicano, tais registros variam de uma estreita imbricação pautada por esforços de legitimação e consagração da ordem política pela espiritual, notadamente entre o fim do Império e os anos 50, à complexificação das posições do alto clero frente às injunções do político, aspecto que ganha contornos cada vez mais tensos a partir das redefinições institucionais de Vaticano II e das conferências latino-americanas, em combinação com a conjuntura do regime militar brasileiro.

No que diz respeito especificamente à dinâmica interna da Igreja e aos mecanismos e princípios de seleção de sua elite profissional, tem-se constatações talvez ainda mais complicadas e ambíguas ao se focar política e carreiras religiosas. À medida que Estado e Igreja se separam no plano legal e cessam os suportes financeiros à instituição, gradativamente a lógica de formação dos dirigentes católicos passa a repousar sobre critérios mais internos de excelência religiosa. Tal fato não exclui, no entanto, constantes tomadas de posição pessoais e institucionais em relação à “política” por parte da alta hierarquia, dado que em nenhum momento a Igreja católica prende-se exclusivamente a tarefas de salvação espiritual e as próprias definições do papel episcopal, por exemplo, exigem pontos vista sobre o mundo temporal, os fatos cotidianos, a realidade imediata (Seidl, 2007). Contudo, o eventual engajamento político precoce de religiosos tende a operar um efeito de bloqueio em suas carreiras, sendo tanto mais intenso quanto mais próximo do pólo hierárquico se estiver, caso dos membros do clero diocesano. A esses, as possibilidades de alcançar os postos mais elevados, em especial o episcopado, seriam drasticamente diminuídas em caso de envolvimento explícito com a política. Já nos espaços menos dependentes da lógica romana, como o do clero religioso – composto pelas ordens e congregações - e o pólo intelectual, formado por filósofos, teólogos e formadores, os determinantes de carreira são mais fluidos e heterogêneos.

Este texto procura explorar justamente os efeitos das intersecções entre essas duas esferas sociais no que tange especificamente a modalidades de composição de carreiras religiosas exitosas tanto entre o episcopado quanto entre a alta administração e

o pólo mais intelectualizado da Igreja. Com base num conjunto de entrevistas (n=51) em profundidade realizadas com profissionais da instituição (religiosos e leigos), evidenciaram-se diversas possibilidades de relação entre engajamento religioso e engajamento político. Destacam-se, entre essas, a politização individual através da inserção no sistema de ensino religioso e a vivência de experiências ligadas ao percurso seminarístico e a conjunturas sociopolíticas; o afastamento ou a reafirmação de determinadas posições políticas ao longo do itinerário profissional; o estabelecimento e manutenção de contatos com indivíduos, grupos e instituições políticas (grupos/movimentos católicos, partidos, sindicatos, ONGs, associações, etc.) cujos vínculos são rentáveis em termos de notoriedade no espaço religioso e/ou no espaço político; as tensões entre pertencimento e hierarquia institucional e posicionamento “político” pessoal, entre outros aspectos.

Assim, menos do que apontar em si as relações entre carreira religiosa e política – dimensão muito relevante, porém amplamente explorada e conhecida -, trata-se de enveredar por discussões voltadas para as condições sociais e históricas de realização profissional, com foco no exame das estratégias de carreira e das formas de consagração social de determinado grupo dirigente, assim como das disputas em torno das definições dos limites do espaço católico, das competências de seu corpo de especialistas e do próprio papel do profissional da religião.

Pelo menos dois elementos centrais surgem da análise dos itinerários sociais e profissionais do grupo de religiosos no que tange à influência da política na elaboração de suas carreiras. Um primeiro elemento é bastante recorrente na literatura dedicada a processos de engajamento, militância e politização, e diz respeito às conexões entre o fator geracional e as conjunturas históricas, ou melhor, sobre o efeito de eventos conjunturais (“crises”, “rupturas”, atmosfera político-cultural, movimentos, idéias dominantes etc.) nos trajetos de indivíduos ou grupos. Como exemplos significativos, pode-se citar os diferentes impactos da série de transformações trazidas por Vaticano II, pelas Conferências de Medellín e Puebla – e a famosa “opção pelos pobres” – e pela difusão da Teologia da Libertação sobre o conjunto de clérigos e religiosos no Brasil, os quais se traduzem em posturas tão variadas quanto ceticismo e indiferença, aprovação parcial, repúdio, “crise pessoal” e abandono da Igreja, completa adaptação à Igreja pós-conciliar, “conversão aos pobres”, adesão a movimentos políticos, para mencionar algumas. Da mesma forma, a ascensão do regime militar gera percepções, tomadas de posição e ações concretas muito variadas segundo a idade e o ponto da trajetória em que

os agentes se encontram (sem considerar outro conjunto de propriedades sociais também determinantes, como origens sociais e geográficas, condições de socialização, percurso escolar, experiências políticas e culturais etc.).

Em estreita conexão com este aspecto está o efeito da formação religiosa, das experiências acumuladas e da inserção em determinadas redes de relação (intra e extra institucionais). Portanto, em combinação com o dado temporal, coloca-se o tipo de instituição escolar freqüentada (seminários menor e maior, diocesano ou religioso, rural ou urbano, características da ordem ou congregação, faculdades, institutos, estudos no exterior em país central ou periférico) e o contato com diferentes visões do catolicismo, do papel da Igreja e do religioso, de concepções de ação no mundo, assim como os estágios, ocupações e atividades experimentadas (tamanho da paróquia, tarefas intelectuais ou administrativas, atividades de caráter “popular”, Movimento Eclesial de Base, envolvimento em pastorais) e os contatos pessoais estabelecidos.

Como parte da demonstração de algumas combinações possíveis dos elementos apontados, são apresentados elementos de duas trajetórias de religiosos tendo alcançado posições de prestígio e notoriedade no espaço católico. De um lado, Dom José Ivo Lorscheiter (1927-2007), um dos bispos mais conhecidos de sua geração, notabilizado pela atuação nas negociações da Igreja com líderes do regime militar. De outro, um teólogo jesuíta, de geração mais jovem e influenciada por teologias alternativas, diretor de centro universitário de uma importante universidade católica do Rio Grande do Sul e assessor de diversos movimentos sociais, cujas experiências de vida mescladas com sólida formação intelectual marcam uma posição “progressista” autorizada.

“Coisas novas e coisas velhas”: um bispo conciliar

Ao mesmo tempo em que uma fração dos prelados brasileiros mais “antigos” lutava em preservar a posição institucional vigente até pelo menos fins dos anos 50 e tinha dificuldade em adaptar suas concepções e discursos à rápida transformação do espaço eclesial, uma “geração” de jovens bispos nascidos entre os anos 20 e 30 e sagrados em torno do período conciliar conseguiria impor-se com sucesso em meio às disputas sobre a definição da temática legítima no âmbito religioso e suas formas de manipulação pelos especialistas institucionais. O caso desse bispo de “grande projeção”, 24 anos mais jovem que D. Vicente Scherer, porém dotado de propriedades sociais muito semelhantes às do cardeal, permite que se vejam os efeitos que diferentes trajetórias

profissionais, em momentos de distinta estruturação social e religiosa, podem ter sobre a as modalidades de carreira episcopal¹.

À semelhança do ex-arcebispo de Porto Alegre, Dom Ivo nasceu na área rural de um pequeno município da “região dos bispos”, no Vale do rio Caí. Seu ramo familiar paterno chegara ao estado nos anos iniciais da imigração alemã e o avô materno deixara a Europa sozinho “para não fazer as guerras” (franco-prussianas). Assim como todos seus antepassados, o pai era agricultor e “chegou a ter uma propriedade de 40 hectares” (“era gente, assim, remediada; nem rico, nem pobre”). Segundo filho entre sete e crescido num “espírito simples, trabalhador, católico, religioso”, Dom Ivo era “muito ligado à paróquia”, foi coroinha do pároco local e “queria ser como ele”. Seguindo o irmão, então seminarista há dois anos e futuro missionário jesuíta no Japão, ingressou no Seminário Menor de Gravataí aos 12 anos de idade, fazendo os estudos de filosofia no Seminário de São Leopoldo. Além do irmão, também um primo-segundo de mesmo sobrenome optara pela vida religiosa e ascenderia ao posto de arcebispo quatro anos antes que Dom Ivo (recebendo o cardinalato em meados da década de 70), assim como o lado materno, de “boa multiplicação vocacional”, daria vários primos, primas e sobrinhos à Igreja.

“Sobressaindo-se entre os colegas de seminário” - conforme muitos deles nos relataram diretamente -, ao findar o curso de filosofia e contando, então, 22 anos, foi escolhido por D. Vicente Scherer (que realizava, ao seu turno, a tarefa de garantir a reprodução dos futuros líderes da instituição) para estudar teologia e fazer o doutorado em Roma. Perguntado sobre os motivos da escolha, aponta uma “facilidade nos estudos”: “sempre gostei muito de ler, era louco pela leitura; e, depois, eu decidi ser padre; bom, então aquilo foi...; e eu sempre tive também boa facilidade nos estudos, bom proveito. Foi por isso que D. Vicente me mandou fazer teologia em Roma”. Após obter a licença em Teologia Sistemática e o doutorado em Teologia Dogmática em sete anos de estada na Itália, retorna ao Rio Grande do Sul diretamente para o recém criado Seminário Maior de Viamão, no qual realizaria um percurso de professor e reitor, intercalado por uma passagem de dois anos no seminário menor onde havia iniciado sua preparação religiosa (“então tive que ficar dois anos como diretor e reitor em Gravataí, e, depois, D. Vicente me chamou para ser reitor do seminário maior em Viamão; era o

¹ As principais fontes de informação foram uma entrevista com o autor em outubro de 2001, *Dicionário Biográfico Brasileiro pós-1930*, p. 3293-3296; *Catálogo dos Bispos do Brasil*, CNBB, 2002; Balém: 1969; e Marin, 1995.

tempo das turmas enormes que tínhamos lá; eram 70 seminaristas do maior – filosofia e teologia”). É a essa altura de uma rápida carreira ascensional dentro do sistema escolar que Dom Ivo recebe a notícia de haver sido nomeado por Dom Vicente Scherer seu bispo auxiliar na arquidiocese de Porto Alegre, um mês antes de completar 38 anos. Interessado em permitir que o futuro prelado tivesse contato privilegiado com a série de reorientações eclesiais produzidas pelo Concílio, o arcebispo o convoca à Roma para ainda poder presenciar os últimos momentos da reunião universal da instituição, uma experiência que seria “decisiva” para seu entendimento do novo contexto eclesial e a formulação de concepções que orientariam sua inserção religiosa como bispo.

P - O senhor esteve como auxiliar em Porto Alegre. O senhor, segundo a informação que eu tenho, foi sagrado bispo aos 38 anos, é correto? Como foi essa..., como o senhor tomou essa, essa escolha?

*R - Bom, D. Vicente Scherer, ele estava em Roma, já nos finais do Concílio Vaticano II, e então ele conseguiu, lá em Roma, a nomeação, e logo, então, mandou que eu fosse pra Roma, nas últimas semanas do Concílio Vaticano II. Sem ser sagrado bispo ainda. Então, fui lá, participei das semanas finais e, **bem, a gente tem que aprender assim: na Igreja não se faz carreira.** Não tem sentido para nós, clérigos, aquilo é uma vocação, um chamado da Igreja onde Deus quer. Ele achava que eu podia ajudar, então (?). Então, quando fiquei em Porto Alegre com ele todos esses tempos, né? Também já entrei aí na CNBB regional...*

De fato, as percepções de Dom Ivo sobre o contexto em que se dera sua nomeação e o impacto que a nova configuração do catolicismo pós-conciliar teria em suas concepções e no modo de ocupar o cargo episcopal põem em relevo os mecanismos de adaptação do corpo clerical a uma realidade eclesial que, entre outros aspectos, reduzia, substancialmente as barreiras entre sacerdotes e leigos, dando papel inédito a esses últimos nas estratégias da instituição, modificava as relações com os fiéis e entre a própria hierarquia, e cobrava a incorporação de um vocabulário constantemente “atualizado” com as “questões da época”. Por outro lado, se o exercício da profissão religiosa e episcopal, em particular, exigiria dos agentes institucionais uma readequação mais ou menos profunda de acordo com sua geração e tipo de percurso religioso - sob pena de colocarem em xeque sua posição frente ao conjunto de orientações legitimamente produzido pelo Vaticano - o princípio de “manutenção da

unidade” e “conservação da essência da Igreja” continuaria a ser um dos pontos fundamentais do discurso episcopal. Ordenado padre, em Roma, dez anos antes do início do grande *aggionamento* católico, Dom Ivo representaria um exemplo de prelado em perfeita conformidade com o rumo tomado pela Igreja, reunindo condições favoráveis ao ajuste de suas disposições às exigências de liderar parte de uma instituição progressivamente propensa a se fazer presente em diversas esferas sociais e através de uma linguagem muito variada.

P - *O senhor já é bispo há 35 anos, e eu gostaria de lhe pedir sua visão dessa sua experiência larga na Igreja, a visão das principais modificações que ocorreram nesses últimos anos.*

R - *Quando então, me nomearam bispo auxiliar de Porto Alegre, então era praticamente no fim do Concílio Vaticano II. É claro que eu devia, então, me situar nessa nova conjuntura eclesial e pastoral. E eu tinha, então, a idéia que era o seguinte: que a Igreja não pode mudar substancialmente a sua natureza e a sua, afinal, organização. Mas ela deve também sempre se atualizar e caminhar com os tempos. Então, eu tomei para mim uma frase da Bíblia que é uma frase do próprio Cristo, quando Ele dizia assim: ‘o verdadeiro sábio no Reino dos Céus é aquele que sabe sempre tirar do seu baú coisas novas e coisas velhas’. É o famoso Nova et Vetera.*

P - *Sim, sim, que é seu lema episcopal.*

R - *Pois é, mas vem daí, dessa conjuntura do concílio. Então, nada de destruir a natureza da Igreja, mas também, nada de ficar, assim, muito isolado e parado. E creio que aquilo se revelou pra mim no momento, mas também todo esse período, como realmente uma coisa extremamente importante. E não é fácil, né? Porque se alguém então é só chamando de progressista, digamos assim, aí eu desconfiaria. Se alguém é chamado só de conservador, eu também devo desconfiar. Agora, saber então unir o novo e o velho, acho que isto é uma sabedoria com (?). E isso custa, porque tá longe, eu vejo a nossa Igreja, também vejo na Cnbb, sempre a grande batalha foi progressista e conservador. E eu não aceito isso, eu quero ser as duas coisas. Fico em cima do muro, mas para equilibrar corretamente a história. E parece que (riso), que eu consegui isso, mas eu acho que a inspiração foi correta.*

Nesse sentido, sua imagem de bispo “arejado” - à semelhança da Igreja que “abre suas janelas ao mundo e deixa entrar novos ares”, segundo a consagrada metáfora conciliar – referida por muitos religiosos, assentou-se em grande medida na capacidade de dominar os novos códigos religiosos apontados pela estrutura romana e utilizá-los num contexto em que a hierarquia brasileira encontrava espaço inédito para articular

discursos em nome de uma ampla gama de questões e de um novo público “preferencial”. Juntamente com outros prelados conciliares, entre os quais seu primo, o futuro cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e também o “experiente” e “notabilizado” Dom Hélder Câmara – “convertido aos pobres” já em meados dos anos 50² -, Dom Ivo Lorscheiter teria papel central na redefinição do modelo de liderança eclesial, a qual, já não mais atribuindo uma primazia absoluta do espiritual sobre o temporal, precisaria estar em condições de elaborar um “ponto de vista” católico a respeito do cotidiano “econômico”, “político” e “social”.

No caso brasileiro, mas também no de muitos outros países latino-americanos, não se trataria de formular uma mera “visão da Igreja” sobre essas questões, mas de fazê-lo numa posição de confronto ao poder governamental estabelecido e na condição de interlocutor legítimo. Dentre as formas de aquisição dessa competência, a possibilidade de acesso às instâncias e aos agentes institucionais próximos aos círculos de gestação do saber religioso “atualizado” - como o contato direto com o “ambiente” do Concílio, a participação em suas reuniões ou o convívio com membros que nele tomaram parte -, aparece como trunfo importante no acúmulo (através de documentos da Igreja, livros, discussões) tanto de recursos culturais quanto de um capital de relações valioso à constituição de uma autoridade religiosa reconhecida. Do mesmo modo, se a posse de imponentes títulos escolares, sobretudo os de doutor em teologia, obtidos em Roma, explicaria parte das condições de consagração institucional desses homens da Igreja, não se pode desconsiderar o peso desses recursos no desenvolvimento das habilidades de “interpretar os sinais dos tempos” e de expressá-los de acordo com o padrão que se impunha, assim como de representar a Igreja nos freqüentes encontros com membros da elite política e intelectual, de se dirigir aos meios de comunicação e dar declarações oficiais, tudo isso ao mesmo tempo em que garantia, da forma mais eficiente, a manutenção da imagem de unidade institucional, pedra de toque do corpo episcopal.

“Uma nova geração de bispos fruto do Concílio e do regime militar”

P - O senhor é uma figura de proa na Igreja do Rio Grande do Sul e do Brasil e conhece muito bem o setor da CNBB. Analisando a formação do nosso episcopado, como o senhor vê suas características mais próprias?

² Dentre esses, apenas Dom Hélder não possuía nenhuma especialização escolar relevante. Os outros religiosos haviam obtido doutorado, os dois gaúchos, em teologia dogmática (Roma), e Dom Evaristo Arns, em Letras, pela Sorbonne.

R - *Eu acho que o episcopado brasileiro experimentou, nesses anos, quatro anos do Concílio Vaticano II, uma grande e saudável influência. Antes, não era um episcopado, assim, muito saliente no mundo. Mas lá nós vivíamos, eu só não vivi, mas os bispos do Brasil, viveram quatro anos em Roma. Na mesma casa. Então, se trocavam idéias, se tinha conferências, se tinha estudos, se compravam livros..., e isto foi marcando muitos. Tanto que aí surgiram lideranças muito importantes, né? E, enfim, você tem os nomes grandes aí que estão na história. Então, Hélder, Arns, Aloísio, etc. Então, creio que isto marcou muito, e isto foi a bênção para os bispos do Brasil e a Igreja brasileira. Porque, quando eles chegaram de volta ao Brasil, tinha havido, então, no país, em 64, o golpe militar. Então, claro (riso), era justamente o contrário do que o Vaticano II queria propor como ação e diretrizes pastorais. Então, interessante que os bispos do Brasil..., acho que foi uma bênção de Deus. Então, tiveram que aplicar agora as lições e intuições muito bonitas do Concílio Vaticano II, e aplicar ao mesmo tempo nessa difícil conjuntura política e social do Brasil. Isso foi..., creio que nos facilitou todo esse caminhar, né? Porque, inclusive, aí houve, houve mudanças, né? Porque até ali, claro, basicamente aí começou toda essa nova liderança. Daí acho que foi de onde saíram esses dois pólos, né? Situação militar e o Concílio Vaticano II. Configurou, então uma nova geração de bispos, uma nova liderança e a própria Igreja da CNBB, que já existia, mas aí ela começou a tomar pulso (?)*

Rapidamente destacado em meio ao episcopado nacional e apoiado pela “corrente progressista”, com apenas cinco anos na função de bispo Dom Ivo foi eleito secretário geral da CNBB numa chapa liderada por seu primo, mantendo-se por dois mandatos consecutivos no posto até vir a ocupar a presidência do órgão, também por oito anos. Ao longo desses 15 anos ininterruptos na linha de frente da Igreja brasileira, praticamente todos eles transcorridos durante o regime militar, exercitou constantemente o uso da palavra respaldada pela instituição nas freqüentes manifestações episcopais a respeito dos temas valorizados pela “agenda social” do país – dominada pelo “combate à repressão”, “direitos humanos”, “injustiças sociais”, “redemocratização”, “anistia política”, “reforma agrária”, “dívida externa”. No âmbito de sua diocese no interior do Rio Grande do Sul, para onde foi nomeado bispo diocesano após 8 anos no cargo de auxiliar da arquidiocese, manteve um programa de rádio e colunas semanais “sobre problemas da atualidade” em dois jornais locais. Deixando a presidência da CNBB, permaneceria como responsável pelo setor de “Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso e Comunicação Social” por dois mandatos, vindo a propor investimentos na área de jornalismo e a expansão do sistema televisivo da Igreja, para se oferecer “uma visão católica do mundo”, assim como de uma agência

católica de notícias encarregada de distribuir informações sobre todas as dioceses do país.

Um teólogo da “pós-modernidade”

Quarta geração de “alemães” no Brasil, F. é o primeiro entre três irmãos filhos de um carpinteiro e uma dona de casa “pobres” instalados numa área do estado em que a colonização alemã foi apenas esparsa e onde “os jesuítas visitavam apenas as famílias numerosas”. Interessado em ser padre, sua família escreve à Companhia de Jesus sobre a “vocação” do filho que, depois de concluir o estudo fundamental na escola paroquial da cidade, entra no seminário menor daquela ordem no início dos anos 60. Já no princípio de sua preparação ao sacerdócio, F. identifica uma primeira contingência que, ao seu ver, teria sido “decisiva” nos rumos de sua carreira profissional. Trata-se da realização dos estudos secundários em uma escola aberta a jovens leigos e localizada em um grande centro urbano, – fato que se enquadrava na ótica de readequação dos instrumentos escolares seminarísticos ao novo momento da instituição católica³. Ali, ao contrário do “regime rural, fechado, obtuso”, que conhecera no seminário menor de onde provinha, teve uma série de experiências de “abertura ao mundo urbano” e não-religioso, de liberdade de movimento e de atividades que marcariam suas convicções sobre a forma de ser padre e sobre a função da religião, estimulado sobretudo por um professor secundário que “vinha da JUC” e que “passava material” e “indicava leituras”.

Abriu para a cidade, para o contato com o mundo urbano. Desde 68 eu leio o Estadão e a Folha de São Paulo; e trabalhava, vendia livros, dava aula para os alunos ricos. Dávamos catequese na periferia, para os pobres, etc. Todo este mundo civil. Foi aí que entramos em contato com o pessoal de esquerda.

A segunda contingência apontada viria imediatamente na continuação de seu percurso religioso, antes de iniciar o curso de filosofia. Nesse período, fez parte da primeira turma de alunos do noviciado que acabara de ser transferido para a capital do estado, onde teve por mestre um padre recém chegado da “Europa pós-conciliar” e que

³ A transferência dos estudos secundários do seminário de modelo tradicional de uma pequena cidade do interior para uma escola laicizada deveu-se, segundo F., à decisão de um superior jesuíta europeu com “visão ampla”. Como nos relatou, ainda hoje essa mudança causa polêmica com sacerdotes de outras gerações, que a lamentam.

lhes prepararia dentro do espírito da “renovação religiosa”. Se por um lado, o contato com o pensamento de teólogos europeus expoentes de um novo catolicismo de tendência social, principalmente o de Congar e o de Rahner, introduzido pelo mestre de noviços, seria definidor de sua orientação teológica, também o envolvimento em ambientes sociais variados (trabalho em fábrica de queijo, escola, hospital), ao longo do estágio como noviço, contariam na formação de suas preferências por uma inserção “socialmente comprometida”. Habitado a ler muito, continua a comprar revistas e jornais do centro do país e a acompanhar com interesse as notícias da agitada conjuntura social brasileira e internacional de fins da década de 60. Após o término do ano de noviciado, F. vai a São Paulo fazer o curso de filosofia durante quatro anos, momento em que, “então, o país todo se abre para ele” e se aprofundam seus contatos com grupos de esquerda. Para terminar a formação básica e ser ordenado, retorna ao Rio Grande do Sul e faz o curso de teologia em São Leopoldo. No entanto, convicto da necessidade de vivenciar com intensidade o cotidiano da vida pobre durante o período da teologia, opta por morar, junto com outros colegas, em uma favela da cidade.

Muito dedicado ao estudo e com certa ascendência sobre seu grupo, F. afirma que desde que começara a teologia sabia que ia fazer doutorado. Imediatamente após sua ordenação, em fins dos anos 70, dá continuidade aos estudos na PUC do Rio de Janeiro, onde obtém o grau de mestre em teologia com um estudo sobre as relações entre “fê” e “política” no Brasil. Perguntado se não havia tido interesse ou oportunidade em ir se especializar em Roma, diz que, naquela época, na sua “geração, quem ia para a Europa era visto como “conservador”, “boyzinho”, e que havia, de fato, tentado estudar no México, mas tivera problemas para entrar no país. No Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que é aluno de “grandes professores” ligados à Teologia da Libertação (Leonardo e Clodóvis Boff, João Batista Libânio) e “aproveita os contatos do mundo acadêmico”, assume uma paróquia na violenta cidade do subúrbio carioca onde morava, período em que tem sua sensibilidade aguçada pelo envolvimento em denúncias de assassinatos ocorridos na paróquia. No mesmo ano em que conclui o mestrado, segue para a Pontifícia Universidade Gregoriana a fim de se doutorar em teologia.

Retornando ao Brasil, F. vai trabalhar inicialmente com a Pastoral Operária e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no sul do país, antes de ser chamado pela CNBB para atuar como assistente nacional da Pastoral Operária e no setor da Pastoral Social. No final dos anos 90, vem a integrar o centro de ciências humanas da

universidade jesuíta no Rio Grande do Sul, como professor e pesquisador na área de ciências sociais aplicadas, sendo um dos principais responsáveis, junto com outros jesuítas da sua “geração”, pela criação de um instituto destinado a elaborar e difundir um saber religioso, baseado na “transdisciplinaridade”, que seja adequado a uma “sociedade pós-cristã”. No entanto, ao expor sua biografia, F. apresenta seu ingresso na vida acadêmica como “profissional” em termos de uma mudança de percepção das estratégias de atuação sacerdotal, pois não se define como um religioso que tenha se dedicado ao sistema de ensino (“nunca fui um burocrata ou destinado à reprodução da instituição”) - apesar do longo investimento escolar realizado -, mas sim um religioso do “campo social”, evitando, assim, que tal redirecionamento na carreira tendesse a ser vivido como um “abandono dos propósitos originais” ou como uma “acomodação frente a seus princípios”. Ou seja, à medida que sua posição no espaço religioso se modificava – em especial pela aquisição de um capital cultural reconhecido - e esse próprio espaço sofria transformações importantes, tais como uma relativa desvalorização das formas de engajamento social do corpo clerical frente à ascensão de tendências mais espiritualistas, como a renovação carismática, as possibilidades de uma atuação particular dentro do sistema escolar superior abriam um espaço ajustável às propriedades sociais desse agente religioso desde cedo interessado pelo universo intelectual. Assim, a oportunidade de utilização de um capital religioso mesclando trunfos escolares bastante importantes, como um doutorado em teologia em Roma, e uma série de outros recursos exteriores à esfera escolar, acumulados ao longo de experiências em práticas pastorais, na administração paroquial e em assessorias de grupos específicos da Igreja, lhe colocaria em condição vantajosa para redefinir ao mesmo tempo seu papel como sacerdote intelectual e as formas de produção do conhecimento religioso.

Minha geração via a universidade como um mundo à parte; não queríamos trabalhar aqui; queríamos ir para as periferias, fazer pastoral popular. Mas, então nós percebemos que era importante atuar também na linha da mudança social, da promoção da justiça, da diaconia da fé, em contato com a cultura. Então viemos ajudar nesse processo de marcar uma presença nisso que se está chamando de humanismo social cristão. É a busca de uma presença inculturada do cristianismo hoje no debate, numa sociedade aberta, plural, em que a discussão está em jogo.

Falando com entusiasmo sobre as novas necessidades de inserção da universidade católica na “pós-modernidade”, F. descreve o instituto que coordena como “um lugar onde se faz a interlocução da teologia com as demais ciências, como a física, a biologia e as ciências sociais”. Não se tratando de um centro de teologia - inexistente nessa universidade surgida no contexto da “teologia da secularização”, como faz questão de ressaltar -, esse teólogo secularizado insiste no valor estratégico de a Igreja “dialogar” com todos os saberes como forma de se fazer presente na sociedade e de fornecer um ponto de vista ético “coerente com os princípios cristãos”. Situado em uma zona do espaço religioso favorecendo tomadas de posição menos comprometidas com a estrutura escolar e hierárquica da Igreja, diferentemente dos teólogos (sobretudo do clero secular) dos institutos de teologia, F. não hesita em se mostrar muito crítico em relação aos modos tradicionais de prática religiosa e, em particular, à falta de preparo do episcopado para lidar com os novos temas da atualidade (“ele não consegue interagir com a pós-modernidade”).

Embora dirija um centro universitário e esteja constantemente envolvido em atividades de caráter acadêmico, como aulas, conferências, pesquisa, ampla produção e publicação bibliográfica, F. igualmente mantém uma agenda carregada como assessor de vários órgãos e grupos, da Igreja ou não, por todo o Brasil. É a partir da condição de “perito” em temáticas “sociais”, gozando de uma legitimidade chancelada pelo universo científico e manejando um vocabulário que transita sem esforços entre a teologia e o cotidiano social do país e do mundo (“trabalho”, “globalização”, “economia solidária”, “ética”) que grupos tão diversos quanto centrais sindicais, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, a CNBB e a Conferência dos Religiosos do Brasil solicitam seus serviços (“minhas assessorias são multiformes”) para obterem uma visão duplamente autorizada sobre a relação da religião com um leque vasto de questões.

Referências bibliográficas:

ABREU, A. de (coord.). *Dicionário biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2ª ed., 2001.

BALÉM, João. M. “Os bispos de Porto Alegre”, in: *Guia da Arquidiocese de Porto Alegre*, 1969, p. 03-21.

CNBB – *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Membros e endereços*. Brasília, Março 2002.

DELLA CAVA, Ralph. “Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro - 1916/1964”, in: *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 12, 1975, p. 5-52.

DELLA CAVA, R. “Política a curto prazo e religião a longo prazo: uma visão da Igreja católica no Brasil (em abril de 1978)”, in: *Encontros com a civilização brasileira*, nº 01, jul. 1978, p. 242-256.

LÖWY, Michael. *La guerre des dieux: religion et politique en Amérique Latine*. Paris: Éditions du Félin, 1998.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARIN, Richard. *Dom Hélder Câmara: les puissants et les pauvres*. Paris: Les Éditions de L’Atelier/Éditions Ouvrières, 1995.

MICELI, S. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SEIDL, E. *A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado em Ciência Política, 2003, mimeo, 506 p.

_____. Entrando no mundo da Igreja: o estudo de elites eclesiásticas. In: CORADINI, O. L. (org.). *Estudo de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.

_____. Um discurso afinado: o episcopado católico frente à “política” e ao “social”. *Horizontes Antropológicos*, vol.13, n. 27, Porto Alegre, 2007, p. 145-164.

SERBIN, K. *Diálogos na sombra: bispos, militares, tortura e justiça social no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

_____. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.